

Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade

OLHARES SOBRE A AMÉRICA LATINA



Maíra Baumgarten

Organizadora

Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

CENÁRIOS DO
CONHECIMENTO



Coordenação da Série
Ivan da Costa Marques
(UFRJ, Rio de Janeiro)

José Vicente Tavares dos Santos
(UFRGS, Porto Alegre)
Maira Baumgarten
(UFRGS, Porto Alegre)

Conselho Editorial

Ana Maria Fernandes
(UNB, Brasília)

César Ricardo Siqueira Bolaño
(UFS, Sergipe)

Clarissa Eckert Baeta Neves
(UFRGS, Porto Alegre)

Ernani Lampert
(FURG, Rio Grande)

Fernanda Sobral
(UNB, Brasília)

Gilson Lima
(UFRGS, Porto Alegre)

Ingrid Sarti
(UFRJ, Rio de Janeiro)

Ivan Izquierdo
(PUCRS, Porto Alegre)

José Vicente Tavares dos Santos
(UFRGS, Porto Alegre)

Jorge Olimpio Bento
(Univ. Porto, Portugal)

Maria Lucia Maciel
(UFRJ, Rio de Janeiro)

Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade

OLHARES SOBRE A AMÉRICA LATINA

Maíra Baumgarten

Organizadora

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão editorial: Cristina Thumé Pacheco
Tradução do Espanhol para Português: Regina Beatriz Vargas (capítulos: 4 Marcelo Arnold-Cathalifaud, Hugo Cadenas, 8 Silvia Lago Martínez e 10 Hernán Thomas, Lucas Becerra)
Editoração eletrônica: Luciane Delani

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1ª de janeiro de 2009.

S678 Sociedade, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre a América Latina / organizado por Maíra Baumgarten . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

244p. : il. ; 16x23cm

(Série Cenários do Conhecimento)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Ciências Sociais – Colonialidade – Desenvolvimento. 4. Linhagens pós-coloniais – Ampliação – Conhecimento. 5. Sociologia – Política. 6. Sociologia do desenvolvimento. 7. Produção – Conhecimento – América Latina – Políticas – Democracia – Inclusão. 8. Política brasileira – Ciência – Tecnologia – Inovação. 9. Inovação – Cooperativismo – Desenvolvimento inclusivo. 10. Movimentos sociais – América Latina – Produção – Conhecimentos. I. Baumgarten, Maíra. II. Série.

CDU 316(7/8=6)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0324-5

Introdução

Sociedade e colonialidade: construindo conhecimentos ao Sul¹

As primeiras décadas do século XXI registram transformações aceleradas em todas as dimensões da vida social; novas sociabilidades evoluem em contextos também marcados pela regressão social. Na esfera econômica, novas tecnologias reconfiguram trabalhadores e dinâmicas empresariais; a globalização dos mercados e o predomínio das altas finanças intensificam fluxos contraditórios de crescimento em escala planetária. Longe de serem tranquilos e harmoniosos, os processos em curso vêm aumentando desigualdades socioeconômicas, conflitos e instabilidade. Privilégios e vulnerabilidades coexistem e se retroalimentam.

Esse mundo em transição, nosso subcontinente latino-americano, nossas sociedades, dilemas e potencialidades, conhecimentos que produzimos, o lugar que ocupamos no cenário atual são os temas principais abordados nesse livro, que se construiu a partir de um momento de reflexão propiciado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

O Encontro *Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina* foi um evento preparatório para o XXIV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (Pré-ALAS) e uma das atividades do Seminário: *A sociologia no século XXI*, comemorativo aos quarenta

¹ O encontro que originou este livro contou com o apoio do CNPq, da Capes e da Fapergs. O livro foi organizado no âmbito do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (ObCTIS) do LaDCIS/PPGS-UFRGS, patrocinado pelo PPGSociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com apoio do CNPq, da Capes e da Fapergs.

anos do PPGS-UFRGS. Esses dois eventos tiveram por objetivo aprofundar o conhecimento e o debate sobre os principais fenômenos que marcam a sociedade contemporânea e, especialmente no caso do pré-ALAS, seus impactos sobre a sociedade latino-americana, criando um espaço de trocas e de fomento a novas perspectivas de análise sociológica. As transformações em curso afetam indivíduos, empresas e nações, potencializam crises, criam impasses e, também, possibilidades para a construção de um patamar superior de realização humana.

Desenvolvimento, colonialidade e as ciências sociais

Na primeira parte do livro são apresentadas e debatidas questões relacionadas à problemática do desenvolvimento, da colonialidade e da produção sociológica atual, frente à complexidade do mundo contemporâneo. No capítulo um, denominado *O (des) encanto do desenvolvimento latino-americano na sociedade global*, Paulo Henrique Martins parte de uma pergunta: *por que o tema do desenvolvimentismo regressa com força na América Latina nos últimos anos?* A resposta inicial que o autor propõe para alimentar o debate é que os intelectuais, incluindo os economistas, diferentemente do que pensavam vários cientistas sociais nos anos 1990, estão percebendo que a globalização não tem contribuído para solucionar as desigualdades e injustiças sociais. Ao contrário, essas se ampliaram gerando o aumento de indicadores sociológicos negativos como o da violência, da dessocialização, da corrupção e das doenças psicossomáticas. Ou seja, os impactos da globalização econômica sobre as políticas de desenvolvimento foram exagerados, contribuindo para mascarar os novos pactos de dominação nos planos nacional, regional e global.

No segundo capítulo, Adelia Miglievich-Ribeiro empreende um debate epistemológico a partir do tema das linhagens pós-coloniais e a possibilidade de ampliação do conhecimento. De acordo com a autora, a razão pós-colonial, em distinção à típica racionalidade moderna-ocidental, recusa explicações totalitárias e unívocas. Miglievich-Ribeiro explicita como arbitrariamente experiências históricas locais e particulares se alçaram à condição de “padrão universal” ou “modernidade” ou ainda “progresso”, subalternizando todas as demais formas de vida.

Para a autora, descolonizar nossa própria compreensão do mundo e das pessoas no mundo traduz um empenho epistemológico que é, como tal, simultaneamente ético e político, reunindo estudos sob a rubrica de pós-colonial. Sua proposta é revisitar algumas correntes do pós-colonial em suas variações. Segundo ela, a colonialidade não é uma história passadista de modo que os neocolonialismos intervêm ainda hoje na compreensão do mundo elaborada pela ciência. Assim, a descolonização epistemológica é uma tarefa que se impõe a uma sociologia que se propõe crítica e comprometida com a superação dos silenciamentos históricos e das muitas mazelas sociais.

No capítulo terceiro, Anete Ivo apresenta a sociologia como política, analisando a “Sociologia do Desenvolvimento” e a produção sociológica contemporânea. O capítulo aborda inflexões da produção sociológica sobre o desenvolvimento nos anos mais recentes. Como ponto de partida indaga “*qual o ponto de vista sociológico do desenvolvimento hoje?*”. A resposta a esta indagação, segundo Anete Ivo, envolve analisar a noção de desenvolvimento e suas mudanças condicionadas por contextos históricos singulares do capitalismo periférico, que reflete polissemias na noção e uma relação paradoxal entre poder e saber, entre ciência e política, que acompanha as proposições políticas e a reflexão sociológica sobre o desenvolvimento.

O capítulo se estrutura em três partes: a primeira retoma os paradigmas da noção de desenvolvimento dos anos 1960; a segunda considera as mudanças epistemológicas que enfatizam novos paradigmas, um solidarista e outro institucional, de uma nova regulação e prática da governança para o desenvolvimento; e a terceira e última parte apresenta o repertório de temas que organizam a produção da sociologia do desenvolvimento no Brasil hoje. A autora articula, portanto, um horizonte conceitual, que marca a formação da sociologia do desenvolvimento e suas inflexões no deslocamento de paradigmas no contexto mais recente e como estas mudanças se expressam na estruturação do subcampo de pesquisa, de natureza mais quantitativa, com base nos grupos de pesquisas (GPs) autotranscritos como integrantes da subárea da “sociologia do desenvolvimento”. A discussão efetuada requalifica interpretações sobre as possibilidades de um “neodesenvolvimentismo” hoje, ultrapassando perspectivas que entendem o *desenvolvimento* apenas como uma *neomodernização* orientada por elementos macroeconômicos de competitividade, estabilidade e crescimento, gerenciado pelo Estado nacional, observando-o com base em processos de hegemonia e contra-hegemo-

nia, que envolve olhares distintos entre a produção sociológica em sociedades periféricas e países centrais do regime de acumulação.

No quarto e último capítulo da primeira parte, Marcelo Arnold-Cathalifaud e Hugo Cadenas analisam as ciências sociais latino-americanas frente à complexidade social local, regional e global. Neste capítulo, são discutidas alternativas para que as pesquisas na América Latina, em âmbito local, regional e global, abordem, de modo produtivo, os cenários em transformação que caracterizam as primeiras décadas deste século. Os autores destacam, explicitamente, as contribuições das ciências sociais e indicam alguns obstáculos que as limitam. O capítulo analisa, em primeiro lugar, o modo como nossas disciplinas encaram a demanda por conhecimentos no atual contexto mundial; em segundo lugar, aponta obstáculos, internos e externos, que impedem a aplicação de suas contribuições; e, finalmente, apresenta uma proposta programática, inspirada nas teorias sociais da complexidade, com ênfase em sua relevância para a América Latina.

Produzir conhecimentos na América Latina: políticas, democracia, inclusão

A segunda parte do livro trata da produção de conhecimentos na América Latina e, especificamente, no Brasil, dificuldades encontradas, políticas de produção, avaliação, divulgação e inclusão. Debate também questões referentes à nossa posição periférica e às nossas necessidades concretas em termos de o que e como produzir e como apropriar socialmente os conhecimentos produzidos.

Fernanda Sobral, no quinto capítulo, coloca em debate a dimensão econômica e social da política brasileira de ciência, tecnologia e inovação, buscando mostrar a dimensão econômica – expressa na ideia de competitividade e de fomento à inovação tecnológica – e a dimensão social – expressa na ideia de inclusão social e de transferência do conhecimento para a sociedade na atual política de ciência, tecnologia e inovação.

O capítulo aborda a questão por meio da análise mais geral das tendências das sociedades contemporâneas que se refletem nos principais desafios colocados pela Estratégia Nacional de C,T&I 2012-2015, nos programas prioritários, nas tendências do fomento à pesquisa e na im-

plementação de alguns programas de fomento e de formação de recursos humanos como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e o Ciência sem Fronteiras (CsF). A autora busca evidenciar alguns resultados e dificuldades desses programas e aponta que, embora a dimensão social esteja presente na política brasileira de ciência, tecnologia e inovação, é a dimensão econômica que está sendo predominante, ainda que a maior associação entre a dimensão econômica e social seja uma exigência das sociedades democráticas.

No sexto capítulo do livro, Fabrício Neves demonstra, de forma acurada, como a ciência produzida ao sul do mundo se torna periférica. O capítulo trata do tema dos contextos da verdade. A argumentação teórica se estrutura em torno de questões levantadas pelos estudos sociais em ciência e tecnologia, focando-se na vertente de estudos que levam em conta as diferenças de legitimação e circulação do conhecimento científico em contextos periféricos no sistema global de ciência e tecnologia. Fabrício se detém na discussão do que se chamou sistema biotecnológico, um complexo articulado formado por instituições acadêmicas, empresas públicas e empresas de pesquisa biotecnológicas especializadas na produção de conhecimento e tecnologia voltados para a manipulação da vida. A análise é desenvolvida, segundo o autor, por meio do conceito de regime de produção de conhecimento periférico, um regime de perturbações recíprocas entre sistemas, limitado pelas configurações institucionais dos Estados nacionais, mas em contato com os centros de produção tecnocientíficos. Tal regime, no Brasil, foi caracterizado como tradutor de demandas locais, neste sentido, produtor de pesquisa de interesse meramente periférico, sem capacidade de circulação ampla na rede global do sistema, e, portanto, negligenciada no centro.

No próximo capítulo, seguindo uma linha de argumentação próxima, Maíra Baumgarten discute alguns dos constrangimentos e dificuldades envolvidos na produção e divulgação de ciência e tecnologia no Brasil e na América Latina, questionando as opções de políticas e as prioridades estabelecidas pelas agências de gestão e fomento. O capítulo trata, portanto, das relações entre avaliação e gestão de ciência e tecnologia, a produção de conhecimentos e o lugar das ciências sociais nessa temática. Segundo a autora, uma das questões centrais que vem sendo debatida em diferentes fóruns sobre edição de livros e periódicos em ciências sociais na América Latina – sua produção e circulação – é a necessidade de ampliar os pro-

cessos de internacionalização daquilo que produzimos no subcontinente e as dificuldades e possibilidades envolvidas neste processo, sem perder de vista que o público predominante (nas ciências sociais) é nacional e latino-americano e que temos uma cultura e identidade que passa pela língua, assim como possuímos em nossos países problemas e questões diferentes daqueles dos países europeus e da América do Norte. A abordagem dessa problemática no capítulo busca apontar alternativas possíveis e adequadas que apoiem a ampliação de nossas redes de conhecimentos sem provocar a perda da identidade linguística e cultural.

Silvia Lago Martínez, no capítulo oitavo, problematiza a noção de bem comum associada aos bens intelectuais e culturais, o acesso aberto à produção científica e as novas formas de gerar conteúdo, produzir conhecimento e compartilhar obras na arquitetura da internet, em oposição às pressões exercidas pela legislação de propriedade intelectual e pelas empresas do setor para limitar e controlar o fluxo de informação e circulação da produção cultural e intelectual. A autora analisa os processos desenvolvidos nesse sentido na América Latina e no Caribe, observando, por um lado, as diversas iniciativas governamentais que envolvem ações sobre o Acesso Aberto e a utilização de software livre em ciência e tecnologia, na administração pública e nas instituições educacionais. Por outro lado, Silvia Lago aponta as iniciativas dos diversos atores não governamentais que promovem o Acesso Aberto como nova norma acadêmica e científica, o *software* livre e as formas colaborativas de trabalho para a produção de conhecimento, propiciando uma nova noção de bem comum.

O nono capítulo analisa os principais desafios e oportunidades que se colocam, contemporaneamente, às universidades da América Latina. Michelangelo Trigueiro coloca ênfase na necessidade de se rever determinadas práticas e estruturas nas universidades e em suas relações com os demais ambientes de produção de ciência, tecnologia e inovação, considerando-se a expansão de ambientes democráticos, que afetam inúmeros processos decisórios nas universidades. Segundo o autor, em termos empíricos, a pesquisa se baseou em estudos realizados a esse respeito na realidade brasileira, em que se confrontaram novas demandas de diferentes setores da sociedade, especialmente o produtivo, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, com a base científico-tecnológica e inovativa instalada. O capítulo conclui, em con-

sonância com os anteriores, que é inadiável um novo desenho de políticas públicas para a ciência, a tecnologia, a inovação e as universidades, argumentando que são necessários muitos outros indicadores, além da publicação em periódicos especializados, para que se possa estimular a busca de soluções para problemas recorrentes nesses países, as quais muito dependem da ciência, tecnologia e inovação.

Hernán Thomas e Lucas Becerra trazem, no capítulo dez, elementos para repensar a mudança tecnológica e a inclusão social, debatendo as questões da inovação, cooperativismo e desenvolvimento inclusivo. O capítulo analisa criticamente um conjunto de questões relacionadas ao tipo e caráter das unidades produtivas que devem ser privilegiadas como reguladoras de um sistema de inovação e produção. De modo sucinto, a teoria econômica sobre mudança tecnológica e inovação considera: i) a inovação como resultado da competição dinâmica entre empresas maximizadoras de lucro; ii) que essa competição, geradora de novas mercadorias e de novas técnicas de produção, traduz-se necessariamente em maiores taxas de crescimento econômico; e iii) uma vez que (por definição) os *loci* da inovação são as empresas maximizadoras de lucro, elas devem ser consideradas como o ator-chave das políticas públicas de inovação.

Partindo da avaliação crítica desses enunciados, o capítulo posiciona, através de exposição teórica, as cooperativas de trabalho como atores dinamizadores de processos de inovação e de desenvolvimento social. Os autores buscam aqui, particularmente, hierarquizar estas unidades produtivas no âmbito da órbita de ação das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). A hipótese de trabalho presente no capítulo se relaciona à ideia de que mudar o centro de atenção para as cooperativas de trabalho pode ativar um conjunto de dinâmicas de aprendizagem, circulação de conhecimentos e geração de capacidades técnico-produtivas que revertem em processos mais democráticos de apropriação do conhecimento e de geração de valor agregado. Ao final do capítulo, apresenta-se um conjunto de reflexões relacionadas às políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação orientadas ao desenvolvimento inclusivo.

O último capítulo do livro trata da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais. Partindo da constatação de que no campo teórico de análise sobre movimentos sociais, nas últimas cinco décadas, houve grande influência do referencial de produção de conhecimento

científico construído nos países do Norte nas análises e explicações sobre os movimentos e mobilizações ocorridas no Sul, no mesmo período, Maria da Glória Gohn coloca uma série de interrogantes como pontos de partida para o debate sobre o tema: quais as especificidades dos movimentos sociais latino-americanos em relação aos movimentos que ocorrem no Norte, em diferentes tempos históricos? Por que muitos pesquisadores tratam movimentos e outros fenômenos sociais do Sul com um referencial teórico advindo do Norte? É possível falar de uma teoria dos movimentos sociais do Sul?

Esperamos com esse livro contribuir para o debate sobre a produção de conhecimentos na América Latina, nossa posição na sociedade global e importância das relações Sul-Sul para amplificar debates necessários e estratégicos sobre democracia e inclusão, buscando formas de produzir e divulgar conhecimentos adequados às nossas realidades e contextos específicos e a redescoberta e desvelamento de formas alternativas e solidárias de construir a vida e conviver.

Maira Baumgarten

(Organizadora)